

Recebido em: 24-03-2017 Aceito em: 05-05-2017



SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES:
ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO DE ARQUIVISTA NO BRASIL

Leolíbia Luana Linden¹

Resumo: Caracteriza a sociologia das profissões em suas abordagens funcionalista, interacionista e neweberiana. Trata da profissão de arquivista e seu desenvolvimento histórico e social fazendo uma análise das abordagens da sociologia das profissões tendo por objetivo analisar o processo de desenvolvimento da profissão do arquivista no Brasil à luz da sociologia das profissões. Para tal, busca caracterizar as teorias da sociologia das profissões, analisar as etapas de do processo de profissionalização no Brasil, identificar na profissão de arquivista o cumprimento das etapas de desenvolvimento das profissões no Brasil e propõe reflexões acerca da profissão de arquivista.

Palavras-chave: Arquivista no Brasil. História do Arquivista. Sociologia das Profissões.

1 INTRODUÇÃO

A sociologia das profissões pode ser estudada a partir de três tipos de abordagens: funcionalista, interacionista e neweberianas. Cada uma delas é uma forma de estudar o desenvolvimento das profissões na sociedade.

Este trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento da profissão do arquivista no Brasil à luz da sociologia das profissões, caracterizando a sua profissionalização afim de identificar a presença desses elementos no construto da profissão do arquivista.

Para que fosse possível realizar essa análise, esse trabalho inicia com uma discussão acerca das linhas teóricas da sociologia das profissões. Em um segundo momento, aborda as etapas do desenvolvimento da profissão de arquivista no Brasil a criação das escolas profissionais, das associações

¹ Doutoranda em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC).



profissionais, da reserva de mercado, da regulamentação da profissão e o monopólio na prestação de serviços.

2 SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

A sociologia das profissões, segundo a maioria dos seus autores, conta com três correntes teóricas bem definidas: funcionalista, interacionista e neweberianas (DUBAR, 2005; FRIEDSON, 1998; RODRIGUES, 2002; URTEAGA, 2008).

A teoria funcionalista fundamenta-se basicamente nas características das profissões. Para Urteaga (2008) são essenciais os conceitos de função e papel da profissão. Durkheim, Carr-Saunders e Wilson e Parsons são seus principais teóricos.

Carr-Saunders e Wilson (1934), um dos primeiros teóricos da Sociologia das Profissões, identificaram as características que diferenciam as profissões das ocupações. Nessa linha de pensamento, uma ocupação se torna uma profissão a partir dos seguintes eventos: especialização de serviços, criação de associações e formação específica de nível superior (RODRIGUES, 2002)

Segundo Parsons (apud URTEAGA, 2008) uma profissão se caracteriza por: a) oferecer um serviço competitivo em relação ao mercado e pertinente aos clientes; (b) a autoridade profissional, é constituída pela competência específica de cada profissão, ou seja, o conhecimento necessário para executar as atividades profissionais; e (c) neutralidade no exercício das funções.

O principal teórico do interacionismo simbólico é Hughes. Essa teoria estuda as profissões a partir de sua interação e no seu desenvolvimento. Na visão de Hugues (1992) não faz distinção entre profissão e ocupação. Na realidade, segundo esse autor, a profissão se desenvolve a partir da interação e organização dos indivíduos que desempenham o mesmo trabalho, na busca pela proteção e autonomia de sua prática profissional (URTEAGA, 2008)

Para Rodrigues (2002) Hughes estudou a divisão do trabalho, analisando a distribuição social de cada atividade profissional, a hierarquização das funções determinadas pela licença, ou autorização legal do exercício da profissão e da obrigação de assegurar uma função específica.

Para Wilensky (1964, p.21) haveria uma “[...]seqüência de eventos ou etapas seguidas pelos grupos ocupacionais até (o alcance) do estágio do profissionalismo[...]" analisando o conceito de profissionalização, ou a evolução das ocupações. Essa evolução se evidencia, segundo, esse autor, por meio das seguintes etapas de: (1) passagem de atividade amadora a ocupação tempo inteiro; (2) estabelecimento de controle sobre a formação; (3) criação de associação profissional, cujas principais



funções são a definição de tarefas essenciais, gestão de conflitos internos entre membros com diferentes recursos de formação e a gestão de conflitos com outros grupos que desenvolvem atividade semelhante; (4) proteção legal; (5) definição do código de ética (WILENSKY, 1964)

A abordagem neweuberiana possui como principais teóricos Weber, Friedson e Abbott. Na perspectiva deste último autor, a jurisdição é um conceito central pois se refere à exclusividade de uma atividade por determinado grupo, portanto

ao reivindicar a jurisdição, uma profissão pede à sociedade que reconheça a estrutura cognitiva por meio de direitos exclusivos; jurisdição não tem apenas uma cultura, mas também uma estrutura social. Estes direitos reivindicados podem incluir o monopólio absoluto da prática e dos pagamentos públicos, o direito à autodisciplina e o emprego sem restrições, o controle da formação profissional, do recrutamento e do licenciamento, para citar apenas alguns. (ABBOTT, 1988, p. 59, tradução nossa)

Abbott (1991) elaborou uma crítica à teoria de profissionalização sugerida por Wilensky (1964), por meio da mesma metodologia de análise das etapas de profissionalização de diferentes grupos de profissionais. Segundo Abbott (apud RODRIGUES, 2002, p.94)

(1) o estudo das profissões deve centrar-se nas áreas de atividade sobre as quais detêm seu direito de controlar a prestação de serviço – jurisdição; (2) as disputas, os conflitos e a competição em áreas jurisdicionais constituem a dinâmica de desenvolvimento profissional [...]; (3) as profissões existem no conjunto do sistema ocupacional e não como entidades isoladas[...]; (4) o principal recurso na disputa jurisdicional, e a característica que mais define a profissão é o conhecimento abstrato controlado pelos grupos ocupacionais [...]; (5) os processos de desenvolvimento profissional são multidirecionais.

É necessário enfatizar, que a crítica de Abbott à Wilensky foi publicada 24 anos depois do desenvolvimento da teoria do autor, desconsiderando as características históricas da abordagem do interacionista.

Em sua tese de doutorado Diniz (2001) analisou as diferentes fases do desenvolvimento das profissões no Brasil, em uma perspectiva sociológica. São elas:

(1) criam-se, em primeiro lugar, escolas profissionais; (2) em seguida, surgem associações profissionais que procuram garantir para seus membros, através da mobilização do apoio do Estado, vantagens e privilégios ocupacionais com base nas credenciais educacionais; (3) o Estado cria para os profissionais ‘reservas de mercado’ na burocracia pública, isto é, posições e cargos reservados aos diplomados pelas escolas profissionais; (4) as associações mobilizavam-se para ampliar a ‘reserva’ e, com o apoio do Estado, excluir do mercado de trabalho e de serviços os não-qualificados; (5) o Estado regulamenta as profissões, criando monopólio; (6) conquistado o monopólio da prestação de serviços, as profissões tentam criar ‘escassez’ pela restrição do acesso às credenciais acadêmicas, isto é, pelo controle da ‘produção de produtores’. (DINIZ, 2001, p.87)

Para alcançar os objetivos desse trabalho foram levantadas informações sobre o desenvolvimento da profissão de arquivista no Brasil utilizando os cinco pressupostos apontados por Diniz (2001).



Quadro 1: Cronologia da criação dos cursos de Arquivologia no Brasil

UNIVERSIDADE	ANO DE CRIAÇÃO
Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO	1977
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	1977
Universidade Federal Fluminense - UFF	1978
Universidade de Brasília - UnB	1990
Universidade Estadual de Londrina - UEL	1997
Universidade Federal da Bahia - UFBA	1997
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	1999
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	1999
Universidade do Estado de São Paulo - UNESP	2002
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	2006
Universidade Federal de Rio Grande - FURG	2008
Universidade Federal do Amazonas - UFAM	2008
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	2008
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	2008
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	2009
Universidade Federal do Pará - UFPA	2012

Fonte: RIDOLPHI (2014, p.52).

Diante do exposto no Quadro 1, percebe-se que os cursos de arquivologia foram criados em universidades federais (UNIRIO, UFSM, UFF, UnB, UFBA, UFRGS, UFES, FURG, UFAM, UFMG, UFPB, UFSC E UFPA); e em universidades estaduais, (UEL, UNESP e UEPB).

Na década de 1970 foram criados os cursos da UNIRIO, UFSM e UFF; na de 1990, os da UnB, UEL, UFBA, UFRGS e UFES; na década de 2000, os da UNESP, UEPB, FURG, UFAM, UFMG, UFPB e UFSC. O curso da UFPA foi instituído em 2010.

A partir de 2007, a política de fomento à criação de novos cursos do REUNI - programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras permitiu uma evolução dos cursos dessa área do conhecimento.

4.2 Associações profissionais

Em 1971 foi fundada a Associação dos Arquivistas Brasileiros. A luta por espaços de mobilização política de uma profissão representa um “investimento simbólico destinado a obter a jurisdição e os privilégios da competência instituída num setor específico de atividades relevantes.” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1992, p. 519).



Gomes (2011), afirma que o associativismo é considerado decisivo para a institucionalização da área da Arquivologia no Brasil. A autora reconhece que não existem pesquisas sobre o papel exercido pela AAB no desenvolvimento do campo arquivístico no Brasil.

Segundo Ridolphi (2014, p. 39)

[...] graças à mobilização dos profissionais organizados na Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), fundada em 1971 e que conseguiu a aprovação do currículo mínimo do curso superior em Arquivologia em 1974, garantindo uma formação formal para os profissionais, foi obtida a regulamentação da profissão, através da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, regulamentada pelo Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978.

As associações profissionais de arquivistas atuantes no país atualmente são: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQSP); Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ); Associação do Arquivistas da Bahia (AABA); Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ); Associação do Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS); Associação do Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES); Associação do Arquivistas do Estado do Paraná (AAPR) e Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG), Associação Mineira de Arquivistas (AMARQ), Associação de Arquivistas da Paraíba (AAPB), Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUIVE-CE) e Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC).

No Quadro 2 apresentamos a cronologia da criação das associações profissionais dessa área.

Quadro 2: Cronologia da criação das Associações de Arquivologia brasileiras

ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA	ANO
Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQSP)	1998
Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ);	1998
Associação do Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS);	1999
Associação do Arquivistas da Bahia (AABA);	2002
Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ);	2004
Associação do Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES)	2005
Associação do Arquivistas do Estado do Paraná (AAPR)	2006
Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG)	2006
Associação Mineira de Arquivistas (AMARQ)	2013
Associação de Arquivistas da Paraíba (AAPB)	2013
Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUIVE-CE)	2015
Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC)	2015

Fonte: RIDOLPHI (2014, p.63).



4.3 Reserva de mercado

Jardim (2009) analisou, no período de 2004 a 2008, sessenta e oito editais de concursos públicos, municipais, estaduais e federais, com vagas para arquivista.

Quadro 3: Evolução dos concursos públicos para arquivistas

ANO	%
2004	11
2005	11
2006	22
2007	22
2008	34

Fonte: JARDIM, 2009, p.53.

Essa análise possibilitou perceber o aumento significativo do mercado de trabalho para arquivistas, identificando que as regiões que apresentam maior oferta no serviço público para arquivistas são centro-oeste e sudeste (JARDIM, 2009).

Este fato se dá por conta de na região centro-oeste estar localizada Brasília, capital do país, contando com maior número de instituições federais. Na região sudeste, encontra-se São Paulo, cidade mais desenvolvida economicamente do Brasil.

4.4 Associações se mobilizam para ampliar a reserva e excluir serviços não-qualificados

Wagner Ridolphi (2014) afirma que desde 1975 o arquivista tem trabalhado para assegurar o domínio da prestação de serviços em arquivo a esses profissionais por meio da criação de um Conselho que restringe as práticas de arquivo aos formados nessa disciplina.

Quadro 4: Propostas para a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia

ANO	FORMA ENCAMINHAMENTO	DE	PROPOSITOR
1975	Proposta ao Ministério do Trabalho		AAB
1984	Projeto de Lei n. 4.351		Dep. Federal Oly Fachin (PDS/RS)
1990	Projeto de Lei n. 192		Sen. Marco Maciel (PFL/PE)
1991	Projeto de Lei n. 90		Sen. Marco Maciel (PFL/PE)
1995	Proposta ao Ministério do Trabalho		Vice-presidente Marco Maciel
2001	Projeto de Lei n. 5.613		ABArq via Dep Agnelo Queiroz (PCdoB/DF)
2004	Proposta ao ministério do Trabalho		AARS

Fonte: RIDOLPHI, 2014, p.57.



Conforme apontado no Quadro 4, diversos projetos de lei foram propostos no Senado, na Câmara e ao Ministério do Trabalho e Emprego para a criação do conselho federal e regionais de arquivologia desde 1975. Atualmente, o Fórum Nacional de Arquivologia do Brasil (FNArq) trabalha na escrita do projeto de lei para que possa mais uma vez submeter uma nova proposição

4.5 Regulamentação da profissão

A regulamentação da profissão de Arquivista ocorreu por meio da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Nesse sentido, são atividades desse profissional

I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo; II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo; III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos; VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação; IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa; XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes. (BRASIL, 1978)

Segundo Gomes (2011) o projeto de regulamentação da profissão de arquivista pode ser considerado um meio de afirmação dos profissionais dessa área e formação de uma comunidade com o objetivo de determinar fronteiras de jurisdição e de estabelecer as suas relações com outras profissões. Essa ação coletiva e sua mobilização política levaram à criação de espaços de reflexão dessa profissão, a partir da ideia que o trabalho arquivístico é de interesse da sociedade e do Estado.

4.6 Monopólio da prestação de serviços

Segundo Diniz (2001) quando conquistado o monopólio da prestação de serviços as profissões tentam criar escassez pela restrição do acesso às credenciais acadêmicas, tendo um maior controle destes profissionais.

Como o arquivista não possui monopólio da prestação de seus serviços, esta seria uma fase que ainda não foi alcançada pela profissão. Isso ocorre, pelo fato da profissão ser exercida a menos que 50 anos no Brasil.



Entendendo que sempre houve acúmulo de documentos, mas que nem sempre houveram arquivistas, este campo de atuação foi preenchido por profissionais de áreas correlatas, como bibliotecários, historiadores e administradores. Este cenário tem diminuído com a inclusão de arquivistas no mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa análise, verifica-se que o desenvolvimento da profissão de arquivistas no Brasil, segue o modelo proposto por Diniz (2001, p.87). Porém, essa análise demonstra que esse desenvolvimento não ocorre de maneira linear.

Percebe-se um aumento significativo, do número de concursos públicos na área de arquivologia, nos últimos quinze anos. Esse fato parece ser consequência da conscientização social do papel deste profissional, ocasionado pelo número crescente de cursos e associações profissionais fundadas no decorrer das quatro últimas décadas.

É necessário evidenciar que existe uma carência de estudos na área de arquivologia voltados ao associativismo e ao mercado de trabalho do arquivista. Essas informações sistematizadas podem colaborar para o desenvolvimento da profissão em um país tão diverso quanto o nosso.

De acordo com a proposta de Diniz (2001) que sugere seis fases de profissionalização, analisou-se que o desenvolvimento da profissão do arquivista no Brasil perpassa por algumas delas como criação de escolas profissionais, criação de associações e regulamentação da profissão. As fases que estão em andamento são relacionadas a criação ‘reservas de mercado’ na burocracia pública, mobilização das associações para ampliar reserva e excluir serviços não qualificados. Enquanto o monopólio da prestação dos serviços serve de objetivo para a profissão.

De maneira conclusiva, podemos afirmar que a profissão deve buscar ampliar sua atuação no país, de forma a aumentar seu posicionamento social e ser mais reconhecida. Nesse sentido, a criação de um Conselho Nacional de Arquivistas é fundamental para que se assegure a conclusão do processo de desenvolvimento profissional do arquivista no Brasil.



REFERENCIAS

ABBOTT, A. **The system of professions: an essay on the division of expert labour.** Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 5 jul. 1978. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 08 mar. 2017.

CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL. Disponível em: <<http://alunadearquivo.blogspot.com.br/2013/04/graduacao-em-arquivologia-no-brasil.html>>. Acesso em: 17 set. 2015.

CARR-SAUNDERS, A. M.; WILSON, P. A. **The Professions.** Oxford: Clarendon Press, 1934.

DINIZ, M. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Portugal: Porto Editora, 2005.

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques. **A França e o Arquivo Nacional do Brasil.** Acervo, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun.2010.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política.** São Paulo: Edusp, 1998.

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história.** 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) -Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. **Informação, inovação e democratização: a transferência de conhecimento e o movimento associativo.** 1992. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1992

HUGHES, Everett C. **The sociological eye.** New Brunsw-ick, Transaction Publishers, 1992.

JARDIM, José Maria. **Diversidade arquivística e política de arquivos.** Revista PontodeAcesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/3312/2422>>. Acesso em: 17 set 2015.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil.** 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007

RIDOLPHI, Wagner Ramos. **A profissionalização do arquivista no estado do Rio de Janeiro /** Wagner Ramos Ridolphi. -- Rio de Janeiro, 2016. 124 f. Dissertações (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <



<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2014/ridolphi-wagner-ramos-a-profissionalizacao-do-arquivista-no-estado-do-rio-de-janeiro/view>> Acesso em: 22 mar. 2017.

RODRIGUES, M. L. **Sociologia das profissões**. Oeiras: Celta, 2002.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 83-102, mai./ago., 2013. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p83

URTEGA, E. **Sociologia de las Professions: una teoria de la complejidad**. Lan Harremanak, v.18, n.1, p.169-190, 2008.

WILENSKY, H. L. **The Professionalization of Everyone?** American Journal of Sociology, v. 70, n. 2, p. 137-158, 1964.

LEOLÍBIA LUANA LINDEN

Doutoranda em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Mestra em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Grupo de Pesquisa Organização do conhecimento e Gestão Documental (UFSC). E-mail: leolibialuana@gmail.com

